

## PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### *CRITICAL HISTORICAL PEDAGOGY AND PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION*

### *PEDAGOGÍA HISTÓRICA CRÍTICA Y EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA*

Paulino José Orso <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva fazer uma análise acerca da pedagogia histórico-crítica e da educação profissional e tecnológica. Primeiramente, trataremos do atual contexto que envolve a educação no Brasil. Na sequência, abordaremos a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica e da trajetória da Pedagogia Histórico-Crítica. E por fim, discorreremos sobre as possibilidades de articulação entre elas e da importância de se trabalhar a Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica.

**Palavras-chave:** Educação. história da educação. pedagogia histórico-crítica. educação profissional e tecnológica

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the historical-critical pedagogy and professional and technological education. First, we will deal with the current context involving education in Brazil and, then, we will address the trajectory of Professional and Technological Education and the trajectory of Historical-Critical Pedagogy. Finally, we will discuss the possibilities of articulation between them and the importance of working with Professional and Technological Education from the perspective of Historical-Critical Pedagogy.*

**Keywords:** *Education. history of education. historical-critical pedagogy. professional and technological education*

**RESUMEN:** *Este artículo tiene como objetivo analizar la pedagogía histórico-crítica y la educación profesional y tecnológica. Primero, abordaremos el contexto actual que involucra a la educación en Brasil y, luego, abordaremos la trayectoria de la Educación Profesional y Tecnológica y la trayectoria de la Pedagogía Histórico-Crítica. Finalmente, discutiremos las posibilidades de articulación entre ellas y la importancia de trabajar con la Educación Profesional y Tecnológica desde la perspectiva de la Pedagogía Histórico-Crítica.*

**Palabras clave:** *Educación. historia de la educación. pedagogía histórico-crítica. educación profesional y tecnológica*

---

<sup>1</sup> Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Unioeste, Campus de Cascavel, Brasil, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9126-3276>. E-mail: [paulinorso@uol.com.br](mailto:paulinorso@uol.com.br).

## Introdução

A educação brasileira, em todas as suas modalidades e em todos os seus níveis, tem sido submetida a grandes desafios, sobretudo nos últimos anos. Neste artigo, porém, pretendemos nos ocupar mais especificamente da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Com base em uma perspectiva histórico-sociológica, buscamos fazer uma breve análise do atual contexto sócio-educacional, verificar a trajetória histórica percorrida pela EPT e pela PHC, e averiguar suas especificidades e aproximações, no intuito de examinar não só as possibilidades de articulação entre elas, como a possibilidade de a Educação Profissional e Tecnológica adotar a Pedagogia Histórico-Crítica como sua teoria pedagógica.

## Atual contexto da educação no Brasil

Pode-se afirmar que Educação Profissional se constitui na mais antiga modalidade de educação do Brasil e que a Pedagogia Histórico-Crítica, diferente disso, é a teoria pedagógica mais recente, criada durante o período ditatorial (1964-1985). Antes de discorrer sobre elas, porém, faremos uma breve análise sobre a educação no atual momento.

Ao longo da história, a educação e a escola públicas nunca sofreram tantos ataques quanto no atual momento, isto é, a partir do golpe de 2016. Os ataques ocorrem em todas as frentes e em todas as direções. Aliás, as mudanças educacionais que ocorreram entre 2003 e 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), juntamente com o avanço na questão dos direitos sociais, encontram-se no epicentro, ou então, são as principais razões do golpe que destronou a Presidente Dilma Rousseff (PT).

Senão vejamos. Depois do crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação, pressionados pelo crescimento do ensino médio, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, durante o governo Collor e, sobretudo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conhecido como o príncipe dos sociólogos, na década de 1990, sob as orientações do *Consenso de Washington*, seguindo a onda privatista, em conformidade com o que denominam equivocadamente

de neoliberalismo<sup>2</sup>, foi praticamente proibido se criar instituições públicas de educação, e as que existiam, especialmente as de ensino superior, foram completamente sucateadas. A alegação era de que a prioridade deveria ser o Ensino Fundamental. Para isso, FHC colocou Paulo Renato de Souza, dono de uma rede de instituições privadas no Ministério da Educação. Como se diz no jargão popular, “colocou a raposa para cuidar do galinheiro”. Aliás, isso não é nenhuma novidade. Na maioria das secretarias estaduais e municipais de educação estão plantados representantes dos interesses privados.

Contudo, a partir de 2003, com da chegada do PT no governo, ocorre uma mudança significativa, a educação passou a ser um dos objetos centrais de preocupação do governo. Os investimentos tiveram um aumento expressivo e ocorreu um significativo crescimento no acesso em todos os níveis de escolaridade.

Durante os governos Lula e Dilma, foram criadas 18 universidades e 173 campus universitários em todo o Brasil. O número de alunos no ensino superior quase triplicou, saltou de cerca de 3 milhões em 2003, para aproximadamente 8 milhões em 2016, e o número de escolas técnicas pulou de 140, criadas até 2002, atendendo 120 municípios, para 354 Campi, atendendo 321 municípios em 2010. A previsão era chegar a 514 Campi, envolvendo 512 municípios até 2014. Por outro lado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) permitiu o acesso a cursos de formação profissional.

Com essas mudanças, como mencionei em meu livro intitulado “*Um espectro ronda a educação e a escola pública*”, publicado em abril de 2021, pela Editora Navegando, com acesso gratuito ([https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_c8ec52e852be49fcb703142d9061ac35.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_c8ec52e852be49fcb703142d9061ac35.pdf)), a educação se transformou num dos principais motivos do golpe de 2016.

Uma das razões da derrubada da presidente Dilma, além do fato de ter destinado os *royalties* do Pré-sal para a educação (75%) e saúde

---

<sup>2</sup> Falo equivocadamente de neoliberalismo porque a denominação, apesar de ser uma espécie de consenso entre intelectuais, é um tanto problemática quando analisada na perspectiva histórica. Em função disso, aos interessados em aprofundar seus conhecimentos, sugiro a leitura do artigo “*Neoliberalismo: equívocos e consequências*”, publicado no livro “*Liberalismo e educação em debates*”, pela Autores Associados, em 2007, organizado por José Claudinei Lombardi e José Luís Sanfelice, e também o artigo “*O liberalismo em perspectiva histórica: da ideia de liberdade à devastação ultraliberal*”, publicado na Revista Desenvolvimento e Civilização, v. 2, nº 1, acessível em: <file:///C:/Users/Paulino/OneDrive%20-%20Universidade%20Estadual%20do%20Oeste%20do%20Paran%C3%A1/Paulino-casa%20-%202014.07.20/Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20Liberalismo%20em%20Perspectiva%20Hist%C3%Brica.pdf>

(25%), foi a sanção da lei que colocava como meta elevar progressivamente os gastos em educação até atingir 10% do PIB, num prazo de 10 anos, e o fato de, entre 2004 e 2014, os governos do PT terem aumentado em 130% os gastos com educação. Isso tudo deixou as elites e a mídia burguesa furiosas. (ORSO, 2020, p. 76).

As mudanças educacionais, portanto, foram enfurecendo a classe dominante acostumada aos privilégios, afinal, de um lado os trabalhadores estavam conquistando direitos e, de outro, tendo acesso à educação básica e ao ensino superior. Isto é, tendo acesso aos conhecimentos que antes eram prerrogativas exclusivas de uma pequena parcela da população. Diante disso, a classe dominante se colocava a seguinte questão: Se forem mantidos ou aumentados esses investimentos e essas políticas, quem irá fazer limpeza em nossas casas? Quem iria fazer os trabalhos braçais? Quem iria recolher o lixo da rua e realizar os “trabalhos indignos”?

Daí a necessidade de dar um golpe, “remover barreiras” e retirar “estorvos”, isto é, derrubar os governos petistas responsáveis por essas políticas e abrir caminho para promover reformas e manter o povo pobre, ignorante, fácil de manipular, submisso, disposto a aceitar e se submeter a quaisquer exigências e condições para poder sobreviver.

É isso, portanto, que, em parte, explica o “espectro que ronda a educação e a escola pública”, com todos os ataques que se sucederam, desde os sucessivos e infundáveis cortes de recursos, às perseguições e ataques às instituições educacionais e aos docentes, o enxugamento dos direitos, as ofensivas aos livros didáticos, a militarização das escolas, o ataque à liberdade de cátedra, o achatamento dos salários, a precarização da vida dos profissionais da educação etc.

Feita esta breve contextualização, antes de passarmos à discussão mais específica sobre as possibilidades e a importância da articulação entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nos ocuparemos de suas trajetórias históricas.

### **Trajetória da Educação Profissional e Tecnológica**

A educação profissional no Brasil não é uma modalidade de educação recente, da Era dos Institutos Federais de Educação ou dos mestrados e doutorados profissionalizantes. Pode-se dizer que é a primeira modalidade de educação criada no país, seu surgimento coincide com a criação das primeiras faculdades.

Justificava-se isto pelo fato de ter que organizar o País após a chegada da família real portuguesa, devido aos problemas da saúde e à necessidade de garantir uma estrutura jurídica para organização e funcionamento país. Assim, em 1808, foram criadas as primeiras Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e, em 1827, as primeiras Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. (ORSO, 2021, p. 23).

Mesmo que tenha sido para atender as necessidades da época, a criação das primeiras faculdades, já vinculava o ensino superior à profissionalização, caráter esse que, com algumas alterações, mantém-se e perdura até o início da década de 1930, mais especificamente, até 1934, quando foi criada a primeira universidade no Brasil, a Universidade de São Paulo – USP<sup>3</sup>, que ao lado dos cursos profissionalizantes, também defende a necessidade da realização dos estudos desinteressados, destinados à classe dominante, veiculados e desenvolvidos na e pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FFCL, que foi criada com o intuito de ser a

‘alma-mater do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos desinteressados, os quais são a finalidade precípua de uma Universidade realmente digna desse nome, a cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais’ (GUIA, 1965, p. 07).

Contudo, depois de criadas as primeiras faculdades, no início do século XX, em 1909, durante o governo Nilo Peçanha, foram criadas 19 Escolas de Aprendiz e Artífices, que são consideradas como os embriões das futuras escolas técnicas, os CEFETS. Em função disso, Peçanha ficou conhecido como o fundador do ensino profissional do Brasil. Nas palavras do Presidente, essas escolas eram destinadas a

não só habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República, formar cidadãos úteis à Nação. (MOURÃO, 1989, 40).

Três décadas depois, durante o governo de Getúlio Vargas, em 1942, por meio do Decreto-Lei Nº 4.048, foi criado o SENAI – Serviço Nacional da Indústria, e, em

---

<sup>3</sup> A questão de qual seria a primeira universidade a ser criada no Brasil é polêmica. Porém, para quem tiver interesse em compreender por que consideramos a Universidade de São Paulo (USP) a primeira universidade brasileira, sugiro a leitura do livro “**Universidade Brasileira: história, lutas, contradições e disputas**”, de minha autoria, publicado pela Editora Navegando, com acesso gratuito ([https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_9a6532b466d14de2857238a42d4fc63d.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_9a6532b466d14de2857238a42d4fc63d.pdf)).

seguida, em 1946, por meio do Decreto-Lei Nº 9.403, foi criado o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, destinados a fomentar a formação profissional dos trabalhadores.

Ou seja, tendo surgido durante o período colonial, sob a vigência do escravismo, e se desenvolvido durante a República, num período de crescimento da massa de trabalhadores, de intensa agitação social e de transição da sociedade agrária para a incipiente sociedade urbano-industrial, a Educação Profissional – EP – também carrega as marcas da sociedade de classes.

Em função disso, se de um lado, a EP parecia ser resultado da preocupação com a oferta de trabalho aos “desvalidos pela sorte”, por outro, cumpria o papel de conter os trabalhadores no nível médio de escolarização, reservando o ensino superior a um reduzido número de membros da classe dominante, reforçando a chamada “elitização da educação”.

Como consequência, temos o ensino técnico e profissional destinado à classe trabalhadora, utilizado como meio de contensão social, e o ensino superior, destinado à “elite” para a formação de quadros políticos e profissionais para ocupar os postos-chaves de comando e domínio do país.

Entretanto, o dualismo educacional não ocorre apenas em relação à EP, está presente na educação como um todo. Mesmo quando os trabalhadores conquistam o direito de acesso ao ensino superior, algumas instituições ficam praticamente “reservadas” para os filhos dos endinheirados detentores dos meios de produção, ao passo que, para os trabalhadores, sobram as escolas menos prestigiadas, de instrução básica, garantindo apenas o acesso aos conhecimentos elementares.

Posteriormente, em 1971, durante a ditadura militar, por meio da LDB 5692/71, é instituído o ensino profissionalizante, supostamente destinado à preparação dos trabalhadores para o mercado de trabalho. Na verdade, além de não garantir a formação profissional, implantava uma educação tecnicista, a-crítica, moralista, pretensamente neutra e esvaziada de conteúdo.

Durante o primeiro governo de FHC (1994-1998), após a aprovação do substitutivo Darcy Ribeiro (1922-1997), que se transforma na LDB 9394/96, a EPT é organizada nos níveis básico, técnico e tecnológico, as palavras “habilidades” e “competências” ganham força e começam a ser utilizadas com frequência nos documentos educacionais, extingue-se a possibilidade de formação técnica integrada, restando apenas a realizada nas formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio,

e se estabelece a possibilidade de certificação por competências como forma de aproveitamento de saberes.

Nesse contexto, com o sucateamento das universidades e com o combate aos cursos técnicos integrados de nível Ensino Médio, por um lado, esvaziam-se as possibilidades de oferta de uma formação unitária e humanística, e, por outro, reduz-se a formação técnica ao atendimento dos interesses do mercado de trabalho.

Depois de Lula assumir o governo em 2003, retomam-se as discussões acerca da educação profissional integrada numa perspectiva humanista, fundamentada no respeito à diversidade e na inclusão social, sendo o trabalho entendido como princípio educativo. Porém, a despeito disso, não abandonou a oferta de uma formação instrumental, direcionada para o rápido ingresso do indivíduo no mercado de trabalho.

Atendendo às novas demandas, as nomenclaturas dos cursos e programas de Educação Profissional também mudam. A Educação Profissional de nível básico, passou a se chamar Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores. A Educação Profissional de nível técnico passou a ser denominada Educação Profissional Técnica de nível médio. E a Educação Profissional de nível tecnológico passou a se chamar Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. Com isso, redefinem-se os rumos da EPT no Brasil.

Desse modo, depois do apagão educacional ocorrido durante os governos de FHC, na década de 1990, que apontavam para o completo esvaziamento da responsabilidade do Estado na oferta da educação pública e, conseqüentemente, da EPT, no início do século XXI, ao lado do crescimento dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio do Prouni e do Reuni, ocorre uma grande expansão do número de vagas no ensino superior, inclusive de programas de pós-graduação profissionalizante.

Por fim, depois do golpe de 2016, com os governos Temer e Bolsonaro, todos sabemos o que ocorreu. Porém, não custa lembrar que, voltado apenas para o setor empresarial e para o agronegócio, não só o governo, como praticamente toda a classe dominante, não só impetrou um ataque frontal e sem precedente à formação profissional e tecnológica integral e às ciências humanas, como à escola como um todo, em todos os seus níveis e modalidades, revelando que nem se quer têm prioridades. Não livrou dos cortes de recursos nem mesmo os ditos cursos nobres, que supostamente “trazem resultados imediatos”, como alegavam. Limitam-se a destruir tudo o que encontram pela frente, inclusive, atacam e destroem aquilo que os beneficia, como é o caso dos cursos

técnicos, da formação especializada destinada à indústria, à produção, ao monitoramento do clima etc. Nem se quer o “Sistema S” escapou. “Tem que meter a faca no Sistema S”, disparou o ministro da economia Paulo Guedes. Ou seja, a burguesia promove uma espécie de haraquiri<sup>4</sup>.

Os cortes de recursos e os ataques atingem toda a educação. Transformam até mesmo as tais “competências” e “habilidades” descritas na Base Nacional Comum Curricular, e a “liberdade de escolha dos alunos”, propagandeada pela Reforma do Ensino Médio, em meras fantasias, em *fake news*. Nem se quer conseguem preparar e qualificar os trabalhadores para o mercado, tanto menos garantir educação de qualidade. Desse modo, resta apenas uma formação aligeirada, alienada e adestrada, completamente esvaziada do sentido social e humano.

Quer dizer, no momento em que a ciência e a tecnologia se encontram extremamente desenvolvidas e se constituem, mais do que nunca, na condição de resolução dos problemas sociais e humanos, numa condição de vida e de desenvolvimento social, o governo e a classe dominante, em sua ignorância e mesquinhez, seguem por caminhos completamente inversos, destroem as possibilidades de conhecimento, de desenvolvimento da ciência e impedem a formação dos trabalhadores.

Em consequência disso, no atual momento, nos encontramos em uma situação mais catastrófica do que a imposta durante o desastroso governo de FHC, de quem, Temer e Bolsonaro, são a continuidade. Ao longo desses três governos não só não foi criada nenhuma vaga em escola pública em todas as suas modalidades e em todos os níveis de ensino, como desfecharam contra ela os mais duros ataques de sua história.

Enfim, como se pode observar, ao longo do tempo, tanto a sociedade como a Educação Profissional, têm passado por muitas mudanças. Contudo, a despeito das marcas positivistas e das pressões para que a educação profissional atenda exclusivamente o setor “produtivo”, algumas instituições e alguns educadores resistem, insistem e se esmeram na defesa da superação do dualismo estrutural entre o Ensino Médio e a educação profissional, na oferta de um ensino de nível médio integrado ao profissional, e defendem uma formação humanística, a escola unitária, a politécnica, o trabalho como princípio educativo e a formação integral do trabalhador.

---

<sup>4</sup> Forma de suicídio praticada no Japão, especialmente pelos guerreiros e pelos nobres, que consiste em rasgar o próprio ventre à faca ou ao sabre.



E é com o intuito de superar o dualismo pedagógico e de proporcionar uma formação integral a todos os alunos, uma formação omnilateral, que é criada a pedagogia histórico-crítica, que se constitui numa teoria pedagógica de resistência e de luta pela construção de uma nova educação e de uma nova sociedade.

### **Trajectoria da Pedagogia Histórico-Crítica**

A pedagogia histórico-crítica fez sua estreia na história no final da década de 1970, em 1979, durante a ditadura militar-civil-empresarial-midiática instalada em 1964. Nesse momento, o país estava atravessando uma profunda crise política, social, econômica e educacional. Muitos intelectuais, estudantes, líderes religiosos, políticos, sindicalistas e trabalhadores se mobilizaram em busca de saídas.

Na educação não foi diferente. Na esteira do desenvolvimentismo e da crítica às pedagogias existentes, muitos intelectuais, a começar por Caio Prado Júnior (1907-1990), que inaugurara, no país, a tradição historiográfica identificada com o marxismo e o materialismo histórico-dialético; Florestan Fernandes (1920-1995), que é considerado o patrono da sociologia brasileira; Paulo Freire (1921-1997), que é considerado o idealizador da Pedagogia da Libertação e patrono da Educação Brasileira; Maurício Tragtenberg (1929-1998), o defensor da autogestão e da Educação Libertária; Dermeval Saviani (1943-), o idealizador da Pedagogia Histórico-Crítica e José Carlos Libânio (1945-), o idealizador da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, dentre muitos outros, assumem o protagonismo e ensaiam a construção de concepções historiográficas, sociológicas e educacionais contra hegemônicas, no intuito de responder às exigências sociais e os desafios históricos da educação dos trabalhadores.

No campo da educação, porém, é a Pedagogia da Libertação de Freire e a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani que se sobressaem, adquiriram maior consistência, projeção, visibilidade e se transformam em grandes referências para a educação, tanto no Brasil como no exterior.

A pedagogia histórico-crítica apesar de ainda não ter adquirido a mesma projeção da pedagogia da libertação em âmbito internacional, reúne em torno de si o grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR, que articula um coletivo de mais de 40 grupos de trabalho espalhados pelo país, e é responsável por uma expressiva produção teórica, socializada na forma de artigos em revistas, capítulos de livros, livros, teses, dissertações e monografias. Além disso, conta com uma página na internet

(<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/>), com a Revista *Histedbr On line* (<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>), com um canal no youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCSOiwb6xLtGQZCOZ9scMkoQ>) e com a Editora Navegando (<https://www.editoranavegando.com/>), por meio dos quais, promove discussões, debates e socializa informações e produções acadêmicas e científicas de forma gratuita.

O nome pedagogia histórico-crítica só foi estabelecido definitivamente em 1984. Antes disso, Saviani pensou em denominá-la de pedagogia revolucionária e de pedagogia dialética. Porém, entendeu que Pedagogia Histórico-Crítica era o nome o mais adequado, pois, por um lado, contemplava o aspecto crítico desprezado pelas pedagogias não críticas (pedagogia tradicional, escolanovismo e tecnicista) e a dimensão histórica que era desconsiderada pelas teorias crítico-reprodutivistas (Educação enquanto aparelho ideológico do Estado, educação enquanto teoria da escola dualista e educação entendida como violência simbólica), e, por outro, considerava as determinações sociais e o compromisso com a classe trabalhadora, que são indispensáveis a uma teoria educacional transformadora.

Em 2022, passados aproximadamente 43 anos desde o seu surgimento, pode-se dizer que a PHC se constitui numa efetiva teoria pedagógica contra hegemônica. Como tal, adota o método materialista histórico-dialético e defende a superação do senso comum e a construção da consciência filosófica; defende a existência da realidade, do saber objetivo, a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos, a formação integral do homem, o desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos e a emancipação humana; valoriza a escola, o professor, os conteúdos e o planejamento educacional.

Enfim, defende a educação como um meio de construir a segunda natureza, a natureza humana, ou então, a produção direta e intencional, em cada ser humano, do que há de melhor e mais desenvolvido em termos de conhecimento e de bens materiais produzidos histórica e coletivamente pelo conjunto humanidade. (SAVIANI, 2013).

Por um período significativo, porém, a PHC foi praticamente compreendida como uma nova teoria pedagógica de caráter escolar. Entretanto, na medida em que se desenvolve e se dissemina, começam-se as discussões em torno de até que ponto se limitava apenas ao trabalho nas escolas ou podia ser apropriada, incorporada e utilizada também na educação de movimentos sociais populares.

Em decorrência disso, em 2011, foi ofertada uma disciplina, via videoconferência, pela Unicamp, cujo objeto era Pedagogia Histórico-Crítica e Movimentos sociais, em que se discutiu e se defendeu a possibilidade de se trabalhar com a PHC em todos os espaços educativos, em todos os níveis e modalidades de educação.

Posteriormente, em 2016, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC), da UFSCar, articulado ao Histedbr, sediou o III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, cuja temática principal foi “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no Campo. História, Desafios e Perspectivas Atuais”, no qual proferi a palestra intitulada “Pedagogia Histórico-Crítica no Campo”.

Nesse evento, foi discutido se a educação do campo necessitava de uma teoria pedagógica específica ou se a PHC poderia ser trabalhada tanto nas escolas de ensino regular como nas escolas vinculadas ao MST e outros movimentos sociais. Na oportunidade afirmei que, sendo uma

Teoria Pedagógica Revolucionária e contra hegemônica, portanto, ela é uma Teoria Educacional adequada para trabalhar com toda a educação, com todos os níveis e modalidades, em todos os espaços educativos e com todos os segmentos sociais. (ORSO, 2016, p. 107).

Pois bem, diria que ocorre o mesmo em relação à EPT, como veremos na sequência.

### **Articulação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Profissional e Tecnológica**

Pelo exposto, como se pode observar, a Educação Profissional e Tecnológica se constitui numa modalidade específica de educação, que tem no trabalho a sua centralidade, seja ele entendido na sua acepção mais simples, ligado à profissionalização e ao mercado, seja, na sua acepção mais larga, compreendido enquanto sinônimo da essência do homem e, portanto, como princípio educativo.

Diante disso, enquanto uma modalidade de educação, assim como toda prática pedagógica, ela carece de uma teoria pedagógica que a oriente, direcione, norteie e articule o trabalho que realiza. Na ausência dessa teoria, cada um faz o que quer e realiza o trabalho do modo como lhe convier, atendendo aos objetivos e interesses imediatos.

No caso da PHC, ao contrário, ela não se constitui num tipo ou numa modalidade específica de educação. Também não se resume a uma fórmula, a uma didática ou a uma metodologia de trabalho. Como mencionei em artigo anterior,

A Pedagogia Histórico-Crítica não se reduz a uma metodologia, nem a uma didática, ainda que também pressuponha uma metodologia e uma didática. Ela é muito mais do que isso. É uma concepção de educação, de conhecimento, de homem e de sociedade. Trata-se de uma Teoria Pedagógica Transformadora, de uma Teoria Pedagógica Revolucionária, cujo objetivo é a transformação radical e profunda da sociedade. (ORSO, 2016, p. 106).

Enfim, como a PHC se constitui numa teoria pedagógica, isto é, numa forma de conceber e organizar toda a educação, não há dúvida de que não só é possível se articular a PHC e a EPT, como se pode perfeitamente trabalhar a EPT de acordo com a concepção de educação e sociedade preconizada pela PHC. Aliás, pode-se trabalhar toda e qualquer modalidade de educação, em todos os níveis de escolarização e em todos os espaços educativos, e organizar todo o trabalho pedagógico e a escola de acordo com a PHC.

Nada obstante, como a educação não é neutra, como o trabalho pedagógico carrega implicações sociais, não basta optar por uma teoria pedagógica qualquer. É preciso que se adote uma teoria que tenha como escopo “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é histórica e coletivamente produzida pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1997, p. 13).

No caso da PHC, ela se constitui numa teoria pedagógica contra hegemônica, revolucionária e transformadora, que, ao lado das categorias totalidade, contradição, antagonismos sociais, classes, lutas de classes e modo de produção, tem no trabalho sua categoria central, e compreende que o homem se define e se produz como homem pelo trabalho.

Como dizem Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, o homem se define pelo *que* e *como* produzem sua vida material. (MARX, 1981, p. 23). Nesse sentido, o trabalho assume a condição de categoria ontológica e de princípio educativo.

Assim, do mesmo modo que a EPT, a PHC também defende uma escola unitária, a formação politécnica e a formação integral de todos os alunos, que permita o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, realize uma formação omnilateral e possibilite a emancipação humana. Porém, diferente da EPT, que se constitui numa

tipicidade de educação, a PHC se constitui numa teoria que pensa e abarca todos os tipos e modalidades educacionais.

Contudo, para se trabalhar com a pedagogia histórico-crítica antepõe-se algumas condições e exigências. Dentre elas, a necessidade de: a) **Domínio dos conteúdos** como os quais se trabalha. Não há possibilidade de se trabalhar determinados conteúdos, numa determinada perspectiva, se não se conhece e não se domina esses conteúdos; b) **Domínio da Teoria**, ou seja, é necessário dominar a Pedagogia Histórico-Crítica. Afinal, pode-se saber determinados conteúdos, entretanto, se não se domina a teoria que os fundamenta, não é possível trabalhá-los de acordo com sua perspectiva; c) **Conhecimento do Método Materialista Histórico-Dialético**. Como a PHC se constitui numa teoria pedagógica contra hegemônica e transformadora, que adota o método materialista histórico-dialético, não é possível se realizar uma prática pedagógica efetivamente transformadora sem dominar esse método; d) **Conhecimento acerca do funcionamento da sociedade**. Sendo a PHC uma teoria transformadora, o conhecimento sobre a organização e o funcionamento da sociedade é uma condição *sine qua non*. Afinal, ninguém transforma o que não conhece. Por isso, a necessidade de conhecer a realidade para além da imediatez e das aparências, conhecer suas multideterminações; e) **Construção de um Projeto de educação para um outro tipo de sociedade**. A transformação social não ocorre de modo aleatório, espontâneo e naturalmente. Daí a necessidade da construção de um projeto, a articulação de ações, a definição de passos, o estabelecimento de estratégias, metas e um plano de ação; f) por fim, **o compromisso com a perspectiva revolucionária**. A especificidade da PHC está em seu caráter transformador. Sem isso, transforma-se em mais uma teoria pedagógica qualquer. Como a PHC se constitui numa teoria revolucionária e transformadora, sem o compromisso com a transformação radical e profunda da sociedade, também não é possível se trabalhar com a PHC. (ORSO, 2016, p. 107-109).

Ou seja, se não quisermos transformar a realidade, não vamos transformá-la. Aí podemos ensinar qualquer coisa e realizar nossa prática pedagógica de qualquer jeito, amparada em qualquer teoria, ou até mesmo, trabalhar sem base em teoria pedagógica alguma, sem um método adequado, sem um projeto e sem compromisso com nada nem ninguém.

Contudo, não é esse o caso da EPT. Além do mais, a humanidade implora e exige a transformação. Daí a necessidade de uma teoria efetivamente comprometida com a transformação social.

## Conclusão

Educação não combina com ausência de uma teoria pedagógica que articule e norteie tanto a organização da escola, quanto o trabalho pedagógico. Por isso, como a EPT se constitui numa modalidade específica de educação, que tem no trabalho a sua centralidade e o adota como princípio educativo, tal como defende a PHC, que se constitui numa efetiva teoria pedagógica, não só é possível, importante e necessário a articulação entre elas, como é relevante que a EPT adote a PHC como sua teoria pedagógica, uma vez que está comprometida com o desenvolvimento integral dos educandos e a transformação social.

## Referências

**GUIA da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.** 1965.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Lisboa: edições Avante, 1981.

MOURÃO, Eliana. **O desafio vem da Montanha: História do Senai em Minas Gerais.** Belo Horizonte: MG. SCD., 1989.

ORSO, Paulino José. Pedagogia histórico-crítica no campo. In. BASSO, Jaqueline Daniela; SANTOS NETO, José Leite dos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs) **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais**”. São Carlos: editoras Pedro & João Editores e Navegando, 2016.

ORSO, Paulino José. **Um espectro ronda a educação e a escola pública.** Uberlândia: editora navegando, 2020.

ORSO, Paulino José. **A universidade brasileira: história, lutas, contradições e disputas.** Uberlândia: editora navegando, 2021. Disponível em <[https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_9a6532b466d14de2857238a42d4fc63d.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_9a6532b466d14de2857238a42d4fc63d.pdf)>.

ORSO, Paulino José. O liberalismo em perspectiva histórica: da ideia de liberdade à devastação ultraliberal. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 2, nº 1, janeiro 2021 – junho 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

**Enviado em:** 03/08/2021.

**Aceito em:** 26/12/2021.

**Publicado em:** 23/01/2022.